



PREGÃO ELETRÔNICO

90001/2026

**CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS
DE SANTA CATARINA – 11ª REGIÃO/SC**

UASG: 926804

OBJETO

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados em locação de máquinas e equipamentos (impressoras) e serviços de fotocópias.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 1.988.651,64

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

DIA 18/05/2026, ÀS 10:00H (HORÁRIO DE BRASÍLIA)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

MENOR PREÇO POR GRUPO

MODO DE DISPUTA:

ABERTO E FECHADO

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

NÃO



**PREGÃO ELETRÔNICO
CRECI 11ª REGIÃO/SC**

**Pregão Eletrônico n.º 001/2026
Processo Administrativo n.º 023/2026**

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o **CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS DE SANTA CATARINA – CRECI – 11ª Região/SC**, por meio do Setor de Licitação, sediado na Rua Fúlvio Aducci, n.º 1.214, Ed. A&A Philippi Business Center, 10º Andar, Estreito, CEP 88.075-001, na cidade de Florianópolis (SC), realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, na forma da Lei n.º 14.133/2021, do Decreto n.º 11.462/2023, da Lei Complementar n.º 123/2006 e demais legislação aplicável, mediante as condições estabelecidas neste Edital.

1. DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

1.1. O objeto da presente licitação é a contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados em locação de máquinas e equipamentos (impressoras) e serviços de fotocópias, conforme condições e exigências estabelecidas neste Edital e anexos.

1.2. A licitação será dividida em grupos, formados por um ou mais itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que compõem o grupo.

1.3. Todos os trâmites referentes à fase externa da presente licitação serão realizados exclusivamente pelo Portal de Compras do Governo Federal (Sistema Compras.gov.br – <https://www.gov.br/compras/pt-br>) com prejuízo a qualquer outra forma de comunicação ou meio para enviar documentações, excetuados os eventuais pedidos de esclarecimento antes da abertura da sessão pública e as impugnações ao Edital de Licitação, que poderão ser realizados pelo e-mail institucional.

1.4. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no Sistema Compras.gov.br e as especificações constantes neste instrumento, deverão ser consideradas as do Edital e seus anexos.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da LC nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

2.6. Não poderão disputar esta licitação:

- a) aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- b) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- c) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- d) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- e) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- f) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- g) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- h) agente público do órgão ou entidade licitante;
- i) pessoas jurídicas reunidas em consórcio, conforme justificativa disposta nos Estudos Técnicos Preliminares;

- j) Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- k) Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.7. O impedimento de que trata a alínea 'd' será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem as alíneas 'b' e 'c' poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.10. O disposto alíneas 'b' e 'c' não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.12. A vedação de que trata a alínea 'h' estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 7.1.1 e 7.13.1 deste Edital.

3.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do

sistema, que:

3.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.4 ou 3.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- a) valor unitário e global do item;
- b) quantidade ofertada;
- c) marca e modelo, quando couber; e,
- d) fabricante, quando couber,

4.1.1. O licitante **NÃO** poderá oferecer proposta em quantitativo inferior àquele previsto no Termo de Referência.

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos

previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

4.8.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item acima.

4.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 (um centavo).

5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecuível.

5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

5.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “ABERTO”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “ABERTO E FECHADO”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

5.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

5.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

5.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item acima, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

5.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

5.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.21.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a

qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.21.2.2. empresas brasileiras;

5.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.21.3. Permanecendo empate após aplicação de todos os critérios de desempate sobrepostos, proceder-se-á a sorteio das propostas empatadas a ser realizado em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

5.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.22.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade, sendo que os preços unitários não poderão ultrapassar aqueles estabelecidos no Termo de Referência.

5.22.2. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

5.22.3. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.22.4. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.22.5. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.22.6. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2

(duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.22.7. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastro:

6.1.1. Sistema de Cadastramento Único de Fornecedores – SICAF;

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União; e,

6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União.

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o art. 12 da Lei nº 8.429/1992.

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício.

6.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

6.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.6.1. conter vícios insanáveis;

6.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.7.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.8. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

6.8.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

6.8.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

6.8.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

6.8.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

6.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.10.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores

adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

6.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

6.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.12. Será exigido dos licitantes convocados apresentação de ficha técnica (ou documento equivalente), documento vinculativo que objetiva comprovar a adequabilidade dos produtos ofertados às especificações do Termo de Referência, sob pena de desclassificação caso não apresente o referido documento ou caso as informações do documento destoem das especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

6.12.1. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.13. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

6.14. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.15. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.16. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

6.17. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e

trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou na forma eletrônica, desde que possam ser validados.

7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

7.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.9. A habilitação será verificada por meio do Sicafe, nos documentos por ele abrangidos.

7.9.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

7.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.10.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

7.11. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.11.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.12. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.12.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.12.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.13. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

7.13.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.13.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.14. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.12.1.

7.16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.17. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

7.18. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8. DA CONTRATAÇÃO

8.1. A adjudicação e homologação deste Pregão compete à autoridade competente, designada pelo Presidente do CRECI/SC por meio de portaria.

8.2. Depois de homologado o resultado deste Pregão, a licitante vencedora será convocada para assinatura do instrumento contratual, dentro do prazo de 5 (cinco) dias

úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e na Lei.

8.2.1. O instrumento contratual poderá ser substituído por instrumento equivalente, como Ordem de Compra ou Nota de Empenho, sendo que a licitante vencedora possuirá o mesmo prazo do item acima para dar ciência e aceitar o instrumento.

8.2.1.1. O aceite do instrumento equivalente, emitida ao licitante adjudicado, implica o reconhecimento de que:

- a) o instrumento está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133/2021.
- b) a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital e seus anexos;
- c) a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos arts. 137 e 138 da Lei nº 14.133/ 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos arts. 137 a 139 da mesma Lei.

8.2.2. O prazo para assinar o termo de contrato ou aceitar instrumento equivalente poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela licitante vencedora durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo órgão.

8.3. Os encargos das partes bem como as normas relativas a recebimento do objeto, liquidação, pagamento, garantia contratual, sanções contratuais, alteração e rescisão contratual constam do termo de referência em anexo a este Edital.

8.4. Por ocasião da assinatura do instrumento contratual ou emissão de instrumento equivalente, verificar-se-á por meio do SICAF se a licitante vencedora mantém as condições de habilitação.

8.5. Quando a licitante convocada não assinar o instrumento contratual ou aceitar instrumento equivalente nos prazos e condições estabelecidos, poderá ser convocada outra licitante, respeitando-se a ordem de classificação, após negociações e verificação da adequação da proposta e das condições de habilitação, conforme procedimento descrito no art. 90, §§ 2º e 4º da Lei n.º 14.133 de 2021.

9. DOS RECURSOS

9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

9.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

9.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10

(dez) minutos.

9.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

9.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

9.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, devendo ser solicitados pelo e-mail pregao@creci-sc.gov.br.

10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

- a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
- b) Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
 - b1) não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - b2) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - b3) pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
 - b4) deixar de apresentar amostra;
 - b5) apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- c) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - c1) recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

- d) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- e) fraudar a licitação;
- f) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - f1) agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - f2) induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - f3) apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- g) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

10.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- I. advertência;
- II. multa;
- III. impedimento de licitar e contratar e
- IV. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.3. Na aplicação das sanções serão considerados a natureza e a gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, os danos que dela provierem para a Administração Pública e a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

10.4.1. Para as infrações previstas nas alíneas 'a', 'b' e 'c', a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

10.4.2. Para as infrações previstas alíneas 'd', 'e', 'f', 'g' e 'h', a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

10.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

10.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nas alíneas 'a', 'b' e 'c', quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar

e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

10.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nas alíneas 'd', 'e', 'f', 'g' e 'h', bem como pelas infrações administrativas previstas nas alíneas 'a', 'b' e 'c' que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

10.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita na alínea 'c', caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

10.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

10.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

10.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

11.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

11.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

11.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo e-mail pregao@creci-sc.gov.br.

11.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos.

11.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

11.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data da sessão pública.

12. DAS OBRIGAÇÕES RELATIVAS À PROTEÇÃO DE DADOS

12.1. A licitante vencedora deverá observar integralmente as disposições da Lei nº 13.709/2018 (LGPD), responsabilizando-se pelo adequado tratamento dos dados pessoais a que tiver acesso em razão do certame e da execução do objeto.

12.2. A contratada deverá adotar medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais e informações trafegadas no ambiente de impressão e bilhetagem do Conselho, assegurando sua confidencialidade, integridade e disponibilidade.

12.3. É vedada a utilização, compartilhamento ou tratamento dos dados para finalidade diversa da execução contratual, sob pena de responsabilização.

12.4. Aplicam-se, ainda, as disposições constantes no Termo de Referência (Anexo I), que integra este Edital para todos os fins.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

13.3. Todas as referências de tempo observarão o horário de Brasília - DF.

13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais

peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.creci-sc.gov.br>.

13.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- Anexo I – Termo de Referência;
 - Apêndice I – Especificações Mínimas dos Itens;
- Anexo II – Modelo de Proposta; e,
- Anexo III – Minuta de Termo de Contrato;

Florianópolis/SC, *data da assinatura eletrônica*.

[ORIGINAL ASSINADO]
C.I. MARCELO FARIA BROGNOLI
Presidente do CRECI/SC

VISTO – PROJU/CRECI/SC

[ORIGINAL ASSINADO]

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados, dividida em dois grupos, conforme condições, quantidades, valores e exigências estabelecidas neste instrumento, nos termos da tabela abaixo:

GRUPO 1: OUTSOURCING DE IMPRESSÃO						
Item	Descrição/especificação do objeto	Qtd.	Valor unitário	Valor Mensal	Valor 12 meses	Valor 36 meses
1	Locação: Multifuncional Mono A4 (Laser)	26	R\$ 294,33	R\$ 7.652,58	R\$ 91.830,96	R\$ 275.492,88
2	Locação: Multifuncional Color A4 (Laser)	5	R\$ 590,67	R\$ 2.953,35	R\$ 35.440,20	R\$ 106.320,60
3	Locação: Multifuncional Color A4 – Compacta unidade móvel (laser, led ou tinta pigmentada)	5	R\$ 237,67	R\$ 1.188,35	R\$ 14.260,20	R\$ 42.780,60
4	Locação: Multifuncional Color A3/A4 (Laser)	1	R\$ 1.725,00	R\$ 1.725,00	R\$ 20.700,00	R\$ 62.100,00
5	Custo por Página: Monocromática A4 (Estimativa)	29988	R\$ 0,08	R\$ 2.399,04	R\$ 28.788,48	R\$ 86.365,44
6	Custo por Página: Color A4 (Estimativa)	4337	R\$ 0,59	R\$ 2.558,83	R\$ 30.705,96	R\$ 92.117,88
7	Custo por Página: Color A3 (Estimativa)	600	R\$ 1,18	R\$ 708,00	R\$ 8.496,00	R\$ 25.488,00
8	Custo por Página: Monocromática A3 (Estimativa)	250	R\$ 0,17	R\$ 42,50	R\$ 510,00	R\$ 1.530,00
VALOR TOTAL:				R\$ 19.227,65	R\$ 230.731,80	R\$ 692.195,40
GRUPO 2: LOCAÇÃO DE INSUMOS – IMPRESSÃO PVC						
Item	Descrição/especificação do objeto	Qtd.	Valor unitário	Valor Mensal	Valor 12 meses	Valor 36 meses
9	Locação: Impressora PVC por Retransferência c/ Laminador	2	R\$ 2.071,67	R\$ 4.143,34	R\$ 49.720,08	R\$ 149.160,24
10	Kit Insumos (p/ 1000 impressões dupla-face ou mais) incluindo cartão PVC	114	R\$ 9.296,33	R\$ 29.438,38	R\$ 353.260,54	R\$ 1.059.781,62
			VARIÁVEL			
11	Kit de limpeza	114	R\$ 767,67	R\$ 2.430,96	R\$ 29.171,46	R\$ 87.514,38
			VARIÁVEL			

VALOR TOTAL:	Variável	R\$ 36.012,67	R\$ 432.152,08	R\$ 1.296.456,24
VALOR TOTAL (G1 + G2):	R\$ 1.988.651,64			

*As especificações técnicas mínimas dos itens acima, e outras exigências relacionadas a esses, constam do Apêndice I deste Termo de Referência, que é anexo vinculativo do presente instrumento.

1.2. Os bens e serviços objeto desta contratação, bem como o seu fornecimento, são caracterizados como comuns e continuados, conforme justificativa constante no Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818/2021.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 36 (trinta e seis) meses prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

1.4.1. O termo de contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.5. Não foram utilizadas ferramentas digitais como o Catálogo Eletrônico de Padronização ou o Sistema TR Digital na elaboração deste instrumento devido à utilização dos modelos padronizados da Advocacia-Geral da União (AGU), que já atendem as regras e os procedimentos da Instrução Normativa ME 81/2022.

1.6. Após análise da equipe de planejamento da licitação, constatou-se que Termo de Referência em tela não se enquadra nos dispositivos estabelecidos pela Lei nº 12.257/2021 – Lei de Acesso à Informação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A contratação visa atender à necessidade contínua dos serviços de outsourcing de impressão (impressão, cópia e digitalização) nas dependências do CRECI-SC (Sede, Delegacias e Unidades Móveis). O contrato inicial encerrou-se em 02/01/2026, sendo necessária a celebração de contratação emergencial, com vigência até 20/06/2026, o que torna imperativa a realização de novo certame para evitar a descontinuidade dos serviços. Ademais, a atual estrutura de equipamentos demanda modernização tecnológica, a fim de garantir maior eficiência, segurança (impressão segura) e controle de custos.

2.2. Mostra-se igualmente necessária a locação de impressora para PVC, com o objetivo de conferir ao CRECI-SC autonomia para a emissão do Cartão de Regularidade Profissional (CARP) em PVC, em conformidade com as diretrizes da Resolução COFECI nº 1.409/2018. Atualmente, o Conselho depende da solicitação e do envio dos cartões pelo COFECI, procedimento que acarreta custos por unidade e, sobretudo, morosidade na entrega ao profissional registrado. A locação de 2 (dois) equipamentos de impressão e laminação em PVC, similares aos utilizados pelo próprio COFECI, possibilita a emissão imediata do CARP na Sede, ampliando a eficiência e a qualidade do atendimento finalístico.

2.3. Registra-se que o objeto da contratação encontra-se previsto no Plano de Contratações Anual (PCA) de 2026, conforme Projeto nº 6.001, referente à locação de bens móveis, máquinas e equipamentos, bem como à prestação de serviços de fotocópias, autenticações e microfilmagens de documentos.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. A solução ora apresentada abrange a contratação dividida em dois grupos, cujas especificações técnicas estão detalhadas no Apêndice I do Termo de Referência.

3.2. Grupo 1 (Outsourcing de Impressão):

3.2.1. Compreende a locação de 37 equipamentos (A4/A3) com fornecimento total de insumos (exceto papel) e manutenção, software de gerenciamento em nuvem com funcionalidades avançadas (detalhadas no Apêndice I do Termo de Referência), incluindo "Impressão Segura" (Secure Print) via PIN ou cartão de aproximação, controle de cotas, políticas de impressão, relatórios detalhados, digitalização otimizada (OCR, PDF A, remoção de brancos, quebra de páginas), entre outros. O modelo de pagamento será híbrido (fixo por locação + variável por página).

3.3. Grupo 2 (Locação e Insumos de Impressão PVC):

3.3.1. Locação de 2 (duas) impressoras de cartões PVC com tecnologia de Retransferência e módulo Laminador (ambas na Sede). O pagamento será mensal e fixo (por unidade), incluindo manutenção total e garantia.

3.3.2. Kit de impressão: Fornecimento, sob demanda, de kits de insumos (Ribbons, Filme, Laminado Holográfico e Cartões PVC) para, no mínimo, 1000 impressões dupla-face colorido. O pagamento será realizado por kit efetivamente solicitado pelo CRECI-SC.

3.3.3. Kit de Limpeza: Fornecimento, sob demanda, de kits de limpeza (Swabs, cartões de limpeza, etc.). Pagamento por kit solicitado.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Respeitadas as demais condições legais, somente poderão participar deste processo licitatório pessoas jurídicas cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da contratação e que apresentem todos os documentos de habilitação exigidos.

4.1.1. Não será permitida a participação de pessoas jurídicas reunidas em consórcio, devido a processo de avaliação da realidade do mercado em razão do objeto, que concluiu que o processo licitatório em questão não é complexo o suficiente ou possui o vulto necessário que justifique a participação de consórcios objetivando aumentar a competitividade do certame.

4.2. A contratada deverá atender as exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal, social e trabalhista, conforme disciplinado pela Lei 14.133/2021, além de outras exigências de habilitação, qualificação técnica e qualificação econômico-financeira, caso necessárias, dispostas em eventual Termo de Referência posterior.

4.2.1. A exigência de qualificação econômico-financeira é justificada pela natureza contínua do serviço objeto da licitação, tornando imprescindível que a Contratada demonstre uma boa situação financeira. As exigências dos índices de liquidez e solvência não violam o caráter competitivo do certame, já que esses índices não avaliam a lucratividade dos licitantes, somente o equilíbrio financeiro.

4.2.2. Considerando o impacto direto que a locação dos equipamentos terá na continuidade e eficiência dos serviços prestados pelo órgão, é essencial a exigência

de qualificação técnica dos licitantes. Tal exigência visa garantir que apenas empresas com experiência comprovada e capacidade técnica efetiva participem do certame, reduzindo significativamente o risco de inadimplência contratual ou fornecimento inadequado dos produtos licitados. A entrega de equipamentos incompatíveis com as especificações técnicas ou a incapacidade do fornecedor de cumprir com os prazos estipulados poderia comprometer o funcionamento adequado da instituição, gerando prejuízos operacionais e administrativos irreparáveis.

4.3. O prazo de vigência da contratação é de 36 (trinta e seis) meses, referendado por ateste da autoridade competente exarado aos autos do processo, com fundamento na justificativa abaixo:

4.3.1. A contratação em tela deverá ser formalizada com vigência inicial de 36 (trinta e seis) meses, considerando que essa opção se mostra mais vantajosa à Administração Pública. A natureza do serviço, essencial para o funcionamento institucional, exige continuidade, previsibilidade e estabilidade operacional. Além disso, contratações com prazos mais longos possibilitam economia de escala, já que os fornecedores conseguem diluir custos de instalação, mobilização e suporte técnico ao longo do tempo, refletindo essa economia nas propostas comerciais apresentadas.

4.3.2. A vigência ampliada reduz também os custos administrativos com novos processos licitatórios e minimiza riscos de descontinuidade do serviço, que poderiam interromper serviços básicos institucionais. Outro fator relevante é que contratos de maior duração tendem a atrair empresas com maior capacidade técnica e estrutura, o que contribui para a melhoria na qualidade dos serviços prestados. Por fim, a contratação plurianual favorece o planejamento orçamentário e a eficiência da gestão pública, nos termos do art. 105 da Lei nº 14.133/2021, que permite contratos com vigência superior a 12 meses desde que demonstrada sua vantajosidade, como ocorre no presente caso.

INDICAÇÃO DE MARCAS OU MODELOS:

4.4. Eventuais indicações de marcas ou modelos de referência para os itens da licitação se deve em razão da necessidade de garantir que os fornecedores ofereçam produtos que atendam ao nível de qualidade e às especificações técnicas exigidas para o fornecimento dos bens contratados; essa prática visa a evitar a entrega de bens que possam comprometer o desempenho ou a durabilidade esperada, além de assegurar a comparabilidade das propostas, a isonomia entre os licitantes e a padronização do patrimônio do órgão, consoante o art. 41, I, 'a' da Lei nº 14.133/2021; além disso, a referência a marcas e modelos não tem como objetivo restringir a competição, mas sim assegurar que os licitantes possam compreender de forma melhor as especificações dos itens a serem fornecidos, conforme art. 41, I, 'd' da citada Lei.

DA EXIGÊNCIA DE FICHA TÉCNICA OU DOCUMENTO SIMILAR:

4.5. Será exigida ficha técnica ou documento equivalente (folder, manual, tabela de especificações etc.) de todos os itens da proposta da licitante, a ser enviado juntamente com os outros documentos solicitados pelo agente de contratação no momento da convocação dos licitantes durante a sessão pública, objetivando a análise de sua

adequação quanto às especificações dispostas no Apêndice I deste instrumento.

DA EXIGÊNCIA DE AMOSTRA:

4.6. Poderá ser solicitado amostra do fornecedor convocado de qualquer um dos itens, a ser entregue no mesmo endereço disposto nas condições da entrega, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados a partir da convocação.

4.7. É facultada prorrogação o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo.

4.8. Após a convocação para o envio da amostra, o fornecedor interessado deverá se manifestar no chat do certame em até 2 (duas) horas quanto à possibilidade de envio de amostra, sob pena de desclassificação.

4.9. No caso de o fornecedor permanecer inerte, não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.

4.10. Serão avaliados nas amostras: a adequação do objeto às especificações do Termo de Referência, os padrões de qualidade, a adequação da amostra quanto a regulamentações e normativos técnicos, entre outros.

4.11. Após a divulgação do resultado a avaliação da amostra, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de 10 (dez) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

4.12. Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE:

4.13. Recomenda-se que a execução do objeto em tela seja norteada pelo Guia de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União (AGU), principalmente no que enseje a gestão de resíduos sólidos, coleta seletiva, requisitos de baixo consumo de energia, controle de vetores e pragas urbanas, utilização de aparelhos elétricos e, se for o caso, regras para aquisição de alimentos e produtos de limpeza.

SUBCONTRATAÇÃO E GARANTIA DE EXECUÇÃO:

4.14. É vedada a subcontratação total do objeto deste Termo de Referência, bem como a subcontratação das atividades de gestão, coordenação e controle do contrato.

4.15. Será admitida, excepcionalmente, a subcontratação parcial do objeto, restrita exclusivamente aos serviços de assistência técnica preventiva, corretiva e manutenção on-site (local) nas unidades distribuídas pelo Estado.

4.16. **Para fins de execução, a Contratada deverá observar as seguintes condições:**

4.16.1. **Responsabilidade Integral:** A existência de subcontratação não exime a Contratada de suas responsabilidades contratuais. Ela responderá integral e exclusivamente perante a Administração pela qualidade dos serviços, prazos de atendimento (SLA) e eventuais danos causados por seus subcontratados.

4.16.2. **Comunicação de Parceiros:** A Contratada deverá manter canal de

comunicação atualizado com a Fiscalização do Contrato, informando, sempre que solicitado, as empresas que prestarão o suporte local, para fins de controle de acesso e segurança das unidades.

4.16.3. Vedação à Intermediação: É vedada a subcontratação que configure mera intermediação de mão de obra ou que desnature a capacidade técnica apresentada pela Contratada no momento da licitação.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO:

5.1. Os bens ofertados pelos licitantes e pelo eventual adjudicatário da licitação deverão respeitar as especificações constantes do Apêndice I deste instrumento.

5.2. O licitante deverá indicar, no documento de proposta, a marca e/ou modelo e/ou fabricante (conforme o caso) e anexar a ficha técnica ou documento equivalente, para que a área técnica possa analisar a proposta quanto à adequação aos dispositivos indicados neste Termo de Referência.

CONDIÇÕES DE ENTREGA:

5.3. Os prazos de entrega serão contados a partir da data de envio da respectiva Ordem de Compra, observando-se que:

I – Os itens de fornecimento inicial (instalação/disponibilização dos equipamentos) possuem prazo fixo de entrega;

II – Os itens de fornecimento continuado (insumos e materiais correlatos) serão entregues conforme demanda, mediante solicitação da Administração, respeitados os prazos estabelecidos neste Termo de Referência; e

III – Os bens constantes de cada Ordem de Compra deverão ser entregues em remessa única, salvo disposição em contrário da área técnica.

5.3.1. Prazos de entrega:

5.3.1.1. Grupo 01 – Outsourcing de Impressão:

- A Contratada terá o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias corridos, contados da assinatura do Contrato, para instalar e configurar todos os equipamentos correspondentes aos itens 1 a 4.
- Os insumos deverão ser substituídos sempre que necessário, de modo a atender aos quantitativos previstos para os itens 5, 6, 7 e 8, conforme tabela constante do item 01 deste Termo de Referência, caracterizando-se como fornecimento por demanda.

5.3.1.2. Grupo 02 – Locação de Insumos (Impressão PVC):

- A Contratada terá o prazo de 60 (sessenta) dias corridos, contados da assinatura do Contrato, para instalar e configurar os equipamentos correspondentes ao item 9.
- Para o fornecimento dos insumos do Grupo 02 (itens 10 e 11), a solicitação será realizada por meio de Ordem de Compra (OC), sendo o

prazo máximo de entrega de 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento da respectiva Ordem de Compra.

5.3.2. O prazo supracitado começará a contar a partir da data de envio do e-mail pelo responsável do CRECI/SC pela contratação, independente de acusação de recebimento do e-mail por parte do fornecedor.

5.3.3. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 3 (três) dias corridos de antecedência, para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.4. Os bens deverão ser entregues aos cuidados do responsável técnico da presente contratação, conforme indicado no preâmbulo da respectiva Ordem de Compra, quando exigida, ou mediante solicitação da Administração, nos casos dos itens cujo fornecimento independe de Ordem de Compra, observados os endereços, quantitativos e respectivos grupos constantes da tabela abaixo.

GRUPO 01 – Item 01		
Local	Endereço	Quantidade
Sede – Florianópolis	Rua Fúlvio Aducci 1214, 9º andar, A&A Philippi Business Center, Estreito - Florianópolis/SC, CEP: 88.075-001	15
Delegacia Regional de Balneário Camboriú	Rua 700, nº 279, Residencial Dom Virgílio – Balneário Camboriú/SC. CEP: 88330-618	03
Delegacia Regional de Blumenau	Alameda Duque de Caxias, n.º 20 – Sala térrea 01 – Edf. Internacional, Centro - Blumenau/SC. CEP: 89.015-010	02
Delegacia Regional de Chapecó	Rua Nereu Ramos, 1124-E, Sala 01, Térreo - Edifício Las Leñas, Bairro Presidente Médici, Chapecó-SC. CEP: 89.801-106	01
Delegacia Regional de Criciúma	Rua Ernesto Bianchini Góes, 91, 1º Andar, Sala 113, Centro Empresarial Criciúma – Bairro Próspera, Criciúma/SC. CEP: 88.815-030	01
Delegacia Regional de Joinville	Rua Blumenau nº 3000, Ed. Blume 3.000, Sala 05, Bairro Santo Antônio, Joinville/SC. CEP: 89.218-055	02
Delegacia Regional de Lages	Rua Frei Gabriel, 538, Sala 01 – térrea, Centro Executivo José Momm, Centro, Lages/SC. CEP: 88.502-030	02
GRUPO 01 – Item 02		
Local	Endereço	Quantidade
Sede – Florianópolis	Rua Fúlvio Aducci 1214, 9º andar, A&A Philippi Business Center, Estreito - Florianópolis/SC, CEP: 88.075-001	05
GRUPO 01 – Item 03		
Local	Endereço	Quantidade

Sede – Florianópolis	Rua Fúlvio Aducci 1214, 9º andar, A&A Philippi Business Center, Estreito - Florianópolis/SC, CEP: 88.075-001	05
GRUPO 01 – Item 04		
Local	Endereço	Quantidade
Sede – Florianópolis	Rua Fúlvio Aducci 1214, 9º andar, A&A Philippi Business Center, Estreito - Florianópolis/SC, CEP: 88.075-001	01
GRUPO 02 – Item 09		
Local	Endereço	Quantidade
Sede – Florianópolis	Rua Fúlvio Aducci 1214, 9º andar, A&A Philippi Business Center, Estreito - Florianópolis/SC, CEP: 88.075-001	02

5.5. A Contratada, ou as Contratadas dos Grupos 01 e 02, deverão disponibilizar canal(is) direto(s) de contato para orientação dos colaboradores do CRECI-SC quanto ao uso adequado dos equipamentos.

5.5.1. Os canais de atendimento deverão ter caráter prioritário durante os primeiros 3 (três) meses de utilização dos equipamentos, período destinado à adaptação e adequação dos usuários.

5.6. A Contratada será responsável por coletar e promover a destinação ambientalmente adequada de todos os insumos e peças substituídos, tais como toners, ribbons e filmes, bem como de quaisquer outros insumos por ela fornecidos que venham a gerar resíduos.

5.6.1. A comprovação da execução da logística reversa deverá ocorrer por meio de certificação ambiental ou documentação equivalente, que ateste o devido recolhimento e a destinação final adequada dos suprimentos utilizados nos equipamentos.

5.6.2. 2º As obrigações previstas neste item visam assegurar o cumprimento da Lei nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, bem como o correto ciclo de reciclagem dos materiais.

GARANTIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA:

5.7. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é ou aquele estipulado abaixo, ou o prazo fornecido pelo fabricante, se superior ao disposto a seguir, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

Prazos de garantia contratual:

5.7.1. **Itens do Grupo 1:** A garantia deve cobrir toda a duração do contrato.

5.7.2. **Itens do Grupo 2:** A garantia deve cobrir toda a duração do contrato.

5.8. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.9. As regras relacionadas à garantia dos bens, à manutenção e à assistência técnica, que sejam específicas a cada item, estão dispostas no Apêndice I deste instrumento e são

vinculativas para os licitantes adjudicatários.

5.10. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021 e do Decreto n.º 11.246/2022, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada, fiscalizada e gerida por agente público da área demandante nomeado para tal, ou pelos respectivos substitutos.

6.7. Caso necessário, a Administração poderá apontar fiscal técnico do contrato, que acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

6.8. Caso necessário, a Administração poderá apontar fiscal administrativo do Contrato, que verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.9. O agente público da área demandante responsável pela gestão do contrato:

6.9.1. Coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.9.2. Acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.9.3. Acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.9.4. Emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.9.5. Tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.9.6. Deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.9.7. Deverá enviar a documentação pertinente ao setor responsável para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

RECEBIMENTO:

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.3.1. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5 (cinco) dias úteis.

7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

LIQUIDAÇÃO:

7.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

7.8.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o art. 75, II da Lei nº 14.133/21.

7.9. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como prazo de validade, data de emissão, dados do contrato e do contratante, período respectivo de execução do contato, valor a pagar e eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.11. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/21.

7.12. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.13. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.15. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

PRAZO DE PAGAMENTO:

7.17. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

7.18. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação de taxa de compensação calculada por meio da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP, \text{ sendo:}$$

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{6/100}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

FORMA DE PAGAMENTO:

7.19. O pagamento será realizado por boleto bancário ou por ordem bancária e se assemelha à forma de pagamento da iniciativa privada.

7.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.21. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.22. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da LC nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.24. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na IN SEGES/ME nº 53/2020.

8. FORMAS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade pregão, sob a forma eletrônica, com a adoção do critério de julgamento de menor preço por GRUPO.

Para fins de **HABILITAÇÃO**, o licitante deverá comprovar o atendimento aos seguintes requisitos, além daqueles eventualmente exigidos no Edital:

8.2. Habilitação jurídica:

- a) **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- b) **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- c) **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- d) **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

- e) **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- f) **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- g) **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- h) **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- i) **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.
- j) **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

8.2.1. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.3. Habilitação fiscal, social e trabalhista:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- e) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual, Municipal ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível

com o objeto contratual;

- f) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.3.1. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual, Municipal ou Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.3.2. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.4. Qualificação Econômico-Financeira:

- a) Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação, ou de sociedade simples;
- b) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor.
- c) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.4.1. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.4.2. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.4.3. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao SPED.

8.4.4. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido de 10% do valor total estimado da contratação.

8.4.5. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.5. Qualificação Técnica:

- a) Para o Grupo 1 (Outsourcing de Impressão):
- Apresentação de um ou mais atestados e/ou declarações de capacidade técnica, expedidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem que a licitante prestou ou presta serviços de outsourcing de impressão, compreendendo locação de equipamentos, manutenção e fornecimento de insumos, com quantitativo mínimo de 19 (dezenove)

equipamentos multifuncionais, correspondente a 50% (cinquenta por cento) do total de 37 equipamentos previstos para o Grupo 1.

b) Para o Grupo 2 (Locação de Insumos – Impressão PVC):

- Apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem que a licitante prestou ou presta serviços de locação e manutenção de impressora(s) com tecnologia de transferência térmica, retransferência ou ambas, por período mínimo de 2 (dois) anos, referente a no mínimo 1 (uma) impressora, admitindo-se a somatória de atestados distintos para comprovação do período total exigido.
- c) Os atestados ou declarações de capacidade técnica deverão se referir a bens fornecidos no âmbito de sua atividade econômica principal e/ou secundária, especificada no contrato social, devidamente registrado na junta comercial competente bem como no Cadastro de Pessoas Jurídicas.
- d) Para comprovação da qualificação técnica, poderão ser aceitos cópias de contratos ou outros documentos idôneos, mediante diligência.
- e) Os licitantes deverão disponibilizar, quando solicitados, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados de capacidade técnica apresentados, inclusive cópia do contrato que dê suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.
- f) Os bens ofertados pelo licitante deverão ser de marcas, modelos ou fabricantes cujas regras de garantia, manutenção e assistência técnica atendam aos regramentos dispostos no Apêndice I deste instrumento.

8.6. Caso admitida a **participação de cooperativas**, será exigida a seguinte documentação complementar:

- a) A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;
- b) A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
- c) A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;
- d) O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;
- e) A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e
- f) Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:
a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas

reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

- g) A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 1.988.651,64** (um milhão, novecentos e oitenta e oito mil, seiscentos e cinquenta e um reais e sessenta e quatro centavos), conforme os custos unitários indicados na tabela constante do item 1 deste instrumento.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas orçamentárias da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do CRECI/SC, atendidos pelas seguintes dotações:

6.3.1.3.04.01.026 – Locação De Bens Móveis, Máquinas e Equipamentos;

6.3.1.3.04.01.054 – Serviços De Fotocópias, Autenticações e Microfilmagens de Documentos e;

6.3.1.3.01.01.004 – Referente Material para carteiras de identificação profissional.

11. DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

11.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709/2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou da eventual contratação, desde a apresentação da proposta, independentemente de declaração ou aceitação expressa.

11.2. Os dados pessoais obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso, observados os princípios do art. 6º da LGPD e a boa-fé.

11.3. É vedado o compartilhamento de dados pessoais com terceiros, salvo nas hipóteses legalmente permitidas.

11.4. Encerrado o tratamento dos dados, a contratada deverá eliminá-los, nos termos do art. 15 da LGPD, ressalvadas as hipóteses do art. 16, especialmente para cumprimento de obrigações legais ou contratuais.

11.5. A contratada deverá promover a orientação e o treinamento de seus empregados quanto às obrigações decorrentes da LGPD.

11.6. A contratada deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento das obrigações previstas neste item, permanecendo responsável por sua observância.

11.7. A Administração poderá realizar diligências para verificar o cumprimento das obrigações relativas à proteção de dados, devendo a contratada atender prontamente às solicitações.

11.8. A contratada deverá prestar, no prazo fixado pela Administração, informações sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive quanto ao descarte.

11.8.1. Os bancos de dados formados deverão ser mantidos em ambiente seguro e controlado, com registro rastreável das operações realizadas, contendo, no mínimo,

identificação do usuário, data, horário e finalidade do acesso, conforme art. 37 da LGPD.

11.9. Os bancos de dados deverão, sempre que possível, ser estruturados em formato interoperável, visando à reutilização pela Administração, nos termos da LGPD.


11.10. A futura contratação poderá ser ajustada para adequação às orientações da autoridade competente, inclusive da ANPD.

11.11. A contratada deverá garantir a segurança e confidencialidade das informações trafegadas nos sistemas de impressão e bilhetagem, adotando controles de acesso, rastreabilidade e proteção contra vazamentos de dados.

Florianópolis/SC, *data da assinatura eletrônica.*


Assinado eletronicamente por
Daniel Almeida Coelho
Data: 23/04/2026 15:47
#b792624d3f3111f1bb8342010a2b6020

DANIEL ALMEIDA COELHO
Assessor de Tecnologia da Informação


Assinado eletronicamente por
Aline Abreu Xavier
Data: 23/04/2026 13:57
#b78949cf3f3111f1bb8342010a2b6020

ALINE ABREU XAVIER
Supervisora de Licitação e Contratos

APÊNDICE I DO TR – ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS DOS ITENS

1. ESCOPO DOS SERVIÇOS

Grupo 01: Outsourcing de Impressão (A4/A3)

1.1. Descrição da Solução:

A Contratada deverá prover uma solução completa, que inclui:

- **Locação:** Disponibilização dos equipamentos detalhados no tópico 1.5, que deverão ser novos e em linha de produção ativa (não descontinuados pelo fabricante). Essa condição deve ser comprovada com documentos oficiais; não será aceita página da web do fabricante como comprovação.
- **Fornecimento de Insumos:** Fornecimento de todos os insumos e suprimentos necessários (toners, cilindros, unidades de imagem, peças, kits de manutenção etc.), originais do fabricante do equipamento, exceto papel.
- **Manutenção:** Manutenção técnica preventiva e corretiva, conforme Nível de Serviço (SLA) definido neste TR (Seção 4).
- **Solução de Gerenciamento:** Implantação e administração da solução de gerenciamento em nuvem, conforme tópico 1.2.
- **Fornecimento de Cabos de Tensão:** Fornecer cabo de força adequado. A rede elétrica do CRECI-SC opera em 220 V. Caso o equipamento opere nativamente em 110V/127V, a Contratada deverá fornecer o transformador adequado, sem custo adicional.

1.2. Requisitos da Solução de Gerenciamento (Nuvem):

A proposta deverá, obrigatoriamente, incluir uma solução de gerenciamento em nuvem (Cloud), que contemple:

1.2.1. **Servidor de Impressão:** Disponibilização de um servidor de impressão virtualizado (em nuvem) para o gerenciamento centralizado das filas de impressão.

1.2.2. **Compatibilidade:** A solução de gerenciamento de impressão, hospedada em ambiente de nuvem, deverá garantir total compatibilidade com os equipamentos propostos no Grupo 01. Admite-se, entretanto, a utilização de software complementar destinado exclusivamente à captura de contadores, monitoramento de níveis de suprimentos e registro de eventos.

1.2.3. **Funcionalidades Mínimas:** O sistema de gerenciamento deve possuir, no mínimo, as seguintes possibilidades:

- 1.2.3.1. Criação de múltiplas filas de impressão retida;
- 1.2.3.2. Permitir a instalação de determinada fila somente para um grupo de usuários (via AD/Entra ID);
- 1.2.3.3. Permitir gerenciamento do driver a ser utilizado em Windows e macOS;
- 1.2.3.4. Permitir a criação de fila direta por meio do sistema e do client;

- 1.2.3.5. Permitir verificar o contador do equipamento;
- 1.2.3.6. Permitir verificar o nível de suprimento do equipamento;
- 1.2.3.7. Permitir verificar o MAC address do equipamento.

1.2.4. **Tráfego de Rede:** Os trabalhos de impressão não devem ser trafegados para a internet. Devem permanecer retidos dentro da estrutura da CONTRATANTE (na estação de trabalho ou no equipamento) até a liberação, a fim de garantir a segurança da informação e não consumir banda de internet.

1.2.5. **Autenticação:** O sistema de gerenciamento deve permitir que o equipamento possa ser ajustado para autenticação na tela com PIN ou cartão de aproximação (NFC/RFID, se suportado pelo equipamento).

1.2.6. **Retenção:** Possibilidade de ajustar o tempo que o trabalho de impressão ficará retido na fila antes de ser automaticamente excluído.

1.2.7. **Digitalização Otimizada:** O sistema deve possuir recursos de digitalização integrados ou via software cliente, com a finalidade de otimizar a atividade de TI e padronizar as configurações:

- 1.2.7.1. Todas as digitalizações devem ser enviadas no formato PDF/A com OCR (reconhecimento de caracteres);
- 1.2.7.2. O sistema de gerenciamento deve permitir a remoção de páginas em branco na digitalização;
- 1.2.7.3. O sistema deve permitir quebra de páginas (divisão do arquivo PDF) a cada "X" páginas, conforme informado pelo usuário no momento da digitalização;
- 1.2.7.4. O sistema deverá permitir controle de acesso à visualização das pastas de destino na tela do equipamento, sendo possível visualizar somente a pasta determinada para o grupo ou usuário.

1.2.8. **Cotas de Impressão:** O sistema deverá permitir a configuração de cotas de impressão por usuário ou grupo, com possibilidade de cota informativa (apenas avisa o usuário) ou cota bloqueante (impede a impressão após atingir o limite).

1.2.9. **Marca D'água e Rastreabilidade:** O sistema de gestão deve permitir incluir marca d'água para identificar quem realizou a impressão: no topo, rodapé ou página completa, com controle de intensidade do tom da escrita e tamanho (mínimo 8, máximo 16). Deve permitir também a inclusão de uma assinatura digital (HASH SHA1 ou SHA256) nos metadados do trabalho de impressão para rastreabilidade.

1.2.10. **Políticas de Impressão:** O sistema de gestão deverá possuir, no mínimo, as seguintes políticas configuráveis:

- 1.2.10.1. Forçar uso de impressão duplex (frente e verso);
- 1.2.10.2. Forçar uso de impressão monocromática;
- 1.2.10.3. Gerenciamento de custo diferenciado por tamanho de papel (A4, A3 etc.).

1.2.11. **Alerta de Consumo:** O sistema de gestão deverá alertar o usuário (pop-up ou similar) caso tente imprimir um documento com muitas páginas, muitas cópias ou envie trabalhos duplicados, sugerindo a revisão antes de confirmar a impressão.

1.2.12. **Arquitetura:** O sistema de gestão deve ser em nuvem, não sendo permitido servidor de impressão físico ou VM (máquina virtual) no ambiente da CONTRATANTE.

1.2.13. **Cliente Local:** A CONTRATANTE compreende que poderá ser realizada a instalação de software cliente nas estações de trabalho dos usuários para captura e retenção dos trabalhos de impressão, de forma manual ou via GPO.

1.3. Modelo de Contratação e Contabilização (Grupo 01)

1.3.1. Formato de Pagamento: Híbrido (valor fixo mensal pela locação + valor variável por página produzida).

1.3.2. Inexistência de Franquia: O modelo não exigirá franquia mínima de páginas.

1.3.3. Contabilização Mono/Cor: As impressões e cópias monocromáticas (P&B) realizadas nos equipamentos coloridos (tópico 1.5; Grupo 01 – Item 2, 3 e 4) devem ser contabilizadas e faturadas com o custo de página monocromática.

1.4. Requisitos Gerais de Software e Digitalização (Grupo 01)

1.4.1. Compatibilidade: Os equipamentos devem ser compatíveis com os sistemas operacionais Windows e Linux.

1.4.2. Destino da Digitalização: Deve permitir digitalização para USB, e-mail, FTP e pasta compartilhada na rede (SMB).

1.4.3. Formatos de Digitalização: JPEG, TIFF e PDF.

1.4.4. Eliminação de Páginas em Branco: Deverá possuir recurso para eliminação de páginas em branco durante o processo de digitalização.

1.5. Especificações Mínimas dos Equipamentos (Grupo 01):

GRUPO 01	
ITEM 1: MULTIFUNCIONAL MONO A4 (SEDE/DELEGACIAS) - (QTD.: 26)	
Seq.	Requisitos/ Especificações
01	Funções: Laser monocromática (impressora, copiadora, scanner).
02	Painel: Touchscreen colorido de 7 polegadas ou superior.
03	Velocidade: 47 ppm (A4) ou superior.
04	Resolução: 1200 x 1200 dpi ou superior.
05	Impressão USB: Sim.
06	Memória: 2 GB ou superior.
07	Armazenamento: SSD/HD interno de 160 GB ou superior (original do fabricante).

08	Bandejas (entrada): 600 folhas ou superior.
09	ADF: Duplex de passagem única (DADF) para 100 folhas ou superior.
10	Bandeja (saída): 250 folhas ou superior.
11	Duplex: Automático (impressão, cópia, scan/ digitalização).
12	Linguagens: PCL e PostScript 3 (PS3).
13	Scanner (velocidade): 90 ipm (A4, duplex, P&B) ou superior.
14	Scanner (OCR): PDF OCR (pesquisável) nativo no equipamento (sem software externo).
15	Conectividade: USB 2.0 e Ethernet 10/100/1000.

ITEM 2: MULTIFUNCIONAL COLOR A4 (SEDE) - (QTD: 5)

Seq.	Requisitos/ Especificações
01	Funções: Laser colorida (impressora, copiadora, scanner).
02	Painel: Touchscreen colorido de 10 polegadas ou superior.
03	Velocidade: 50 ppm (A4, mono e color) ou superior.
04	Resolução: 1200 x 1200 dpi ou superior.
05	Impressão USB: Sim.
06	Memória: 2 GB ou superior.
07	Armazenamento: SSD/HD interno de 160 GB ou superior (original do fabricante).
08	Bandejas (entrada): 600 folhas ou superior.
09	ADF: Duplex de passagem única (DADF) para 100 folhas ou superior.
10	Bandeja (saída): 250 folhas ou superior.
11	Duplex: Automático (impressão, cópia, scan/ digitalização).
12	Linguagens: PCL e PostScript 3 (PS3).
13	Scanner (velocidade): 90 ipm (A4, duplex, mono e color) ou superior.
14	Scanner (OCR): PDF OCR (pesquisável) nativo no equipamento (sem software externo).
15	Conectividade: USB 2.0 e Ethernet 10/100/1000.

ITEM 3: MULTIFUNCIONAL COLOR A4 (COMPACTA - UNIDADE MÓVEL) - (QTD: 5)

Seq.	Requisitos/ Especificações
01	Funções: Impressora, copiadora, scanner.
02	Tecnologia: Laser, LED ou jato de tinta pigmentada.
03	Painel: Touchscreen colorido de 4 polegadas ou superior.

04	Velocidade: 30 ppm (A4, mono e color) ou superior.
05	Memória: 2 GB ou superior.
06	Bandejas (entrada): 250 folhas ou superior.
07	ADF: Duplex de passagem única (DADF) para 50 folhas ou superior.
08	Duplex: Automático (impressão, cópia, scan/ digitalização).
09	Conectividade: USB 2.0, Ethernet 10/100/1000 e Wi-Fi (IEEE 802.11 b/g/n) com Wi-Fi Direct (homologado pela Anatel).
ITEM 4: MULTIFUNCIONAL COLOR A3/A4 - (QTD: 1)	
Seq.	Requisitos/ Especificações
01	Funções: Laser colorida (impressora, copiadora, scanner).
02	Formato de papel: Suporte nativo a A3 e A4.
03	Painel: Touchscreen colorido de 10 polegadas ou superior.
04	Velocidade: 30 ppm (A4, mono e color) ou superior.
05	Memória: 8 GB ou superior.
06	Armazenamento: SSD interno de 256 GB ou superior (original do fabricante).
07	Bandejas (entrada): Mínimo de 3 (três) bandejas de alimentação, além do bypass.
08	Gramatura: Capacidade de impressão em 300 g/m² ou superior (via bypass).
09	ADF: Duplex para 100 folhas ou superior.
10	Duplex: Automático (impressão, cópia, scan/ digitalização).
11	Linguagens: PCL e PostScript 3 (PS3).
12	Scanner (velocidade): 100 ipm (A4, simplex) ou superior.
13	Scanner (OCR): PDF OCR (pesquisável) nativo no equipamento (sem software externo).
14	Conectividade: USB 2.0 e Ethernet 10/100 ou superior.

1.6. Especificações Mínimas dos Serviços (Custo por Página):

1.6.1. O faturamento variável do Grupo 01 será composto pelos itens de serviço abaixo, que representam o custo por página efetivamente produzida. As descrições correspondem aos itens da tabela de objeto do ETP.

GRUPO 01
ITEM 5: CUSTO POR PÁGINA MONOCROMÁTICA A4 (ESTIMATIVA)
Unidade de medida: Página impressa/copiada.
Descrição: Corresponde ao valor unitário para cada página monocromática (P&B) em formato A4, produzida em qualquer um dos equipamentos do Grupo 01 (Itens 1, 2, 3 e 4).

ITEM 6: CUSTO POR PÁGINA COLORIDA A4 (ESTIMATIVA)
<p>Unidade de medida: Página impressa/copiada.</p> <p>Descrição: Corresponde ao valor unitário para cada página colorida em formato A4, produzida nos equipamentos coloridos do Grupo 01 (Itens 2, 3 e 4).</p>
ITEM 7: CUSTO POR PÁGINA COLORIDA A3 (ESTIMATIVA)
<p>Unidade de medida: Página impressa/copiada.</p> <p>Descrição: Corresponde ao valor unitário para cada página colorida em formato A3, produzida no equipamento do Grupo 01, Item 4.</p>
ITEM 8: CUSTO POR PÁGINA MONOCROMÁTICA A3 (ESTIMATIVA)
<p>Unidade de medida: Página impressa/copiada.</p> <p>Descrição: Corresponde ao valor unitário para cada página monocromática (P&B) em formato A3, produzida no equipamento do Grupo 01, Item 4.</p>

Grupo 02: Locação e Insumos De Impressão PVC

1.7. Descrição da Solução:

1.7.1. O Grupo 02 é composto por três itens que devem ser fornecidos pela mesma empresa, dada a interdependência técnica e de garantia entre eles.

1.7.1.1. Grupo 02 – Item 9:

1.7.1.1.1. O objeto é a locação, pelo prazo de 36 meses, de 2 (duas) impressoras de cartões PVC, novas e em linha de produção ativa, incluindo manutenção preventiva e corretiva total. Para ciência, os requisitos em partes baseiam-se na Resolução COFECI nº 1.409/2018.

1.7.1.2. Grupo 02 – Item 10:

1.7.1.2.1. Fornecimento, sob demanda, de kits de insumos para impressão dos cartões (CARP). A quantidade total estimada para os 36 meses de contrato é de 114 kits. Esta estimativa total foi calculada com base em uma demanda anual de 38 kits (38.000 impressões/ano), que, por sua vez, é justificada pelo número de inscritos ativos e regulares (aprox. 35.000), acrescido de uma margem de segurança (aprox. 3.000).

1.7.1.3. Grupo 02 – Item 11:

1.7.1.3.1. Fornecimento, sob demanda, de kits de limpeza para a manutenção regular das impressoras de PVC. A estimativa total para os 36 meses de contrato é de 114 kits.

1.8. Especificações Mínimas dos Equipamentos (Grupo 02):

GRUPO 02
ITEM 9: LOCAÇÃO DE IMPRESSORA DE CARTÃO PVC – (QTD: 2)

Seq.	Requisitos/ Especificações
01	Tecnologia: Impressão por retransferência (reverse transfer).
02	Impressão: Dupla face (automática e integrada), com impressão “além da borda” (edge-to-edge).
03	Módulo de laminação: Laminador integrado, com capacidade de laminação em dupla face (automática e integrada).
04	Capacidade de produção: Capacidade de imprimir e laminar (dupla face), no mínimo, 150 cartões/hora colorido frente única e até 100 cartões/hora frente e verso colorido.
05	Resolução: 600 dpi (no mínimo).
06	Alimentador (entrada): Capacidade para 150 cartões ou superior.
07	Alimentador (saída): Capacidade para 100 cartões ou superior.
08	Conectividade: USB 2.0 e Ethernet 10/100 (mínimo).
09	Manutenção: Cobertura total de manutenção e garantia.
10	Tensão: Bivolt ou 220 V (ou fornecimento de transformador adequado pela Contratada).
11	Interface do usuário: Tela LCD sensível ao toque.

1.9. Especificações Mínimas do Fornecimento de Insumos (Grupo 02):

1.10. A unidade de fornecimento a ser cotada pela licitante deve ser 1 (um) kit.

1.10.1. Cada kit deverá ser composto por todos os insumos necessários, originais do fabricante da impressora (ofertada no Item 9 – Grupo 02), para a produção de, no mínimo, 1.000 (mil) impressões dupla face coloridas (policromia em ambos os lados), contendo obrigatoriamente:

GRUPO 02	
ITEM 10: FORNECIMENTO DE INSUMOS PVC – (QTD ESTIMADA: 114 KITS)	
Seq.	Requisitos/ Especificações
01	Ribbons (fitas de impressão): Conjunto de fitas de impressão, originais do fabricante, com capacidade total para, no mínimo, 1.000 impressões. Os ribbons fornecidos devem, em conjunto com o equipamento (Item 9 – Grupo 02), garantir a impressão em policromia (full color) tanto na frente quanto no verso do cartão.
02	Filme de retransferência: Conjunto de filmes de retransferência (reverse transfer film), original do fabricante, com capacidade total compatível para, no mínimo, 1.000 impressões (frente e verso).
03	Laminado: Conjunto de laminado (overlamine) holográfico (com holograma de segurança), original do fabricante, com capacidade total compatível para, no mínimo, 1.000 impressões (frente). O fabricante deve possuir em seu catálogo ao menos 2 (dois) modelos holográficos.

04	Cartões: Exatamente 1.000 (mil) unidades de cartões PVC branco, CR-80 (formato padrão), com 30 mil (0,76 mm) de espessura, adequados para impressão por retransferência.
ITEM 11: FORNECIMENTO DE KIT DE LIMPEZA PVC – (QTD ESTIMADA: 114 KITS)	
Seq.	Requisitos/ Especificações
01	Cada kit deve ser composto por itens de limpeza (swabs, cartões de limpeza impregnados, rolos de limpeza etc.), originais do fabricante da impressora, conforme recomendação do fabricante para a manutenção periódica do equipamento (ex.: a cada troca de ribbon ou a cada 1.000 cartões impressos).

1.11. O CRECI-SC solicitará 1 (um) kit ou mais por vez, conforme a demanda, e o pagamento será realizado pelo valor unitário do kit (Itens 10 e 11) licitado. O CRECI-SC não se obriga nem se limita a solicitar esse quantitativo, podendo, dependendo da demanda, pedir mais ou menos do que o previsto nos itens mencionados.

2. DEMAIS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

2.1. Catálogo dos Itens Ofertados: O licitante convocado deverá apresentar catálogo técnico (datasheet) oficial do fabricante de todos os equipamentos ofertados (Grupos 01 e 02).

3. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

3.1. Prazo de Instalação:

3.1.1. Grupo 01: A Contratada terá o prazo de 45 (quarenta) dias corridos, contados da assinatura do contrato, para instalar e configurar todos os equipamentos.

3.1.2. Grupo 02: A Contratada terá o prazo de 60 (sessenta) dias corridos, contados da assinatura do contrato, para instalar e configurar todos os equipamentos.

3.2. Para o fornecimento dos insumos (Item 10 – Grupo 02), a solicitação será feita por OC (ordem de compra), e o prazo máximo de entrega é de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da OC.

3.3. Repasse de conhecimento: A(s) contratada(s) do(s) Grupo 01 e Grupo 02 devem dispor de canal direto para contato, a fim de orientar os colaboradores do CRECI-SC quanto ao uso adequado dos equipamentos. Os canais devem ser prioritários nos primeiros 03 (três) meses de adequação.

3.4. Logística Reversa: A contratada será responsável por coletar e dar destinação ambientalmente adequada a todos os insumos e peças substituídos, como toners, ribbons e filmes, comprovando, por meio de certificação ambiental, que executa o devido recolhimento e destinação dos suprimentos utilizados nos equipamentos, visando ao correto ciclo de reciclagem dos materiais, bem como de qualquer outro insumo por ela fornecido que gere resíduo, assegurando o cumprimento da Lei nº 12.305/2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

3.5. Entrega dos itens: Os itens deverão ser entregues nas quantidades e localidades, conforme as especificações a seguir:

3.5.1. Grupo 01: Os equipamentos deverão ser entregues e instalados nas seguintes localidades e quantidades:

GRUPO 01		
ITEM 1		
Localidade/Unidade	Endereço	Qtd.
Delegacia Regional de Joinville	R. Blumenau nº 3000, Ed. Blume 3.000 – Sala 05 – Santo Antônio, Joinville/SC. CEP: 89.218-055.	02
Delegacia Regional de Blumenau	Al. Duque de Caxias, 20 – Sala 01 - Edf. Internacional, Centro - Blumenau/SC. CEP: 89.015-010.	02
Delegacia Regional de Balneário Camboriú	R. 700, nº 279, Residencial Dom Virgílio - Balneário Camboriú/SC. CEP: 88.330-618.	03
Delegacia Regional de Lages	R. Frei Gabriel n.º 538, Sala 01, Centro Executivo José Momm, Centro, Lages/SC. CEP: 88.502-030.	02
Delegacia Regional de Chapecó	R. Nereu Ramos, 1124-E, Sala 01 – Ed. Las Leñas, Presidente Médici, Chapecó-SC. CEP: 89.801-106.	01
Delegacia Regional de Criciúma	R. Ernesto Bianchini Góes, 91 - 1º Andar – SI.113, Centro Empresarial Criciúma - Próspera, Criciúma/SC. CEP: 88.815-030.	01
Sede – CRECI/SC Florianópolis	R. Fúlvio Aducci, 1214, 10º andar, A&A Philippi Business Center, Estreito - Florianópolis/SC, CEP: 88.075-001.	15
ITENS 2 E 3		
Localidade/Unidade	Endereço	Qtd.
Sede – CRECI/SC Florianópolis	R. Fúlvio Aducci, 1214, 10º andar, A&A Philippi Business Center, Estreito - Florianópolis/SC, CEP: 88.075-001.	05
ITEM 4		
Localidade/Unidade	Endereço	Qtd.
Sede – CRECI/SC Florianópolis	R. Fúlvio Aducci, 1214, 10º andar, A&A Philippi Business Center, Estreito - Florianópolis/SC, CEP: 88.075-001.	01

3.5.2. A instalação do Item 3, Grupo 01 (unidades móveis), será coordenada com o fiscal do contrato após a entrega na sede.

3.5.3. A contratante poderá, a qualquer momento, solicitar a instalação de equipamento (Grupo 01) em localidade não informada neste TR, sem qualquer ônus adicional, desde que dentro do estado de Santa Catarina, conforme as demandas que possam surgir.

3.6. Grupo 02: Os equipamentos deverão ser entregues e instalados nas seguintes localidades e quantidades:

GRUPO 02		
TODOS OS ITENS		
Localidade/Unidade	Endereço	Qtd.
Sede – CRECI/SC Florianópolis	R. Fúlvio Aducci, 1214, 10º andar, A&A Philippi Business Center, Estreito - Florianópolis/SC, CEP: 88.075-001.	02 (Item 09)

4. GARANTIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA:

O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será o estipulado abaixo ou o prazo fornecido pelo fabricante, se superior ao disposto a seguir, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

4.1. Prazos de garantia contratual:

4.1.1. Itens do Grupo 01: A garantia deve cobrir toda a duração do contrato.

4.1.2. Itens do Grupo 02: A garantia deve cobrir toda a duração do contrato.

4.2. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

4.3. O suporte técnico (Service Level Agreement – SLA) deverá respeitar os prazos constantes da tabela abaixo:

Tipo de Serviço	Grau de Severidade	Descrição da Falha (Grupo 01 e 02)	Início do Atendimento	Solução do Problema
Suporte técnico	Alto	Paralisação total do equipamento.	Em até 2 horas úteis	Em até 48 horas úteis
Suporte técnico	Moderado	Perda de funcionalidade (ex.: digitalização não funciona; impressão segura falha; laminador falha).	Em até 4 horas úteis	Em até 48 horas úteis
Suporte técnico	Baixo	Falhas que não impedem o uso principal (ex.: falha em relatório; atolamento de papel recorrente).	Em até 4 horas úteis	Em até 72 horas úteis
Substituição de Equipamento	Alto	Equipamento com defeito não solucionado no prazo acima.	N/A	Em até 72 horas úteis (equipamento <i>backer</i>)

4.4. Em caso de necessidade de troca de equipamento, a contratada deverá fornecer equipamento idêntico ao que será substituído.

ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA
(Papel Timbrado da Empresa)

Nome da Empresa: _____
 CNPJ: _____
 Endereço: _____ Telefone: _____
 E-mail: _____
 Responsável Legal: _____ CPF: _____

GRUPO 1: OUTSOURCING DE IMPRESSÃO						
Item	Descrição/especificação do objeto	Marca e/ou Modelo	Qtd.	Valor unitário estimado	Valor mensal estimado	Valor global estimado
1	Locação: Multifuncional Mono A4 (Laser)	(...)	26	R\$	R\$	R\$
2	Locação: Multifuncional Color A4 (Laser)	(...)	5	R\$	R\$	R\$
3	Locação: Multifuncional Color A4 – Compacta unidade móvel (laser, led ou tinta pigmentada)	(...)	5	R\$	R\$	R\$
4	Locação: Multifuncional Color A3/A4 (Laser)	(...)	1	R\$	R\$	R\$
5	Custo por Página: Monocromática A4 (Estimativa)	(...)	29988	R\$	R\$	R\$
6	Custo por Página: Color A4 (Estimativa)	(...)	4337	R\$	R\$	R\$
7	Custo por Página: Color A3 (Estimativa)	(...)	600	R\$	R\$	R\$
8	Custo por Página: Monocromática A3 (Estimativa)	(...)	250	R\$	R\$	R\$
VALOR TOTAL:				R\$	R\$	R\$

E

GRUPO 2: LOCAÇÃO DE INSUMOS – IMPRESSÃO PVC						
Item	Descrição/especificação do objeto	Marca e/ou Modelo	Qtd.	Valor unitário estimado	Valor mensal estimado	Valor global estimado
9	Locação: Impressora PVC por Retransferência c/ Laminador	(...)	2	R\$	R\$	R\$

10	Kit Insumos (p/ 1000 impressões dupla-face ou mais) incluindo cartão PVC	(...)	114	R\$	R\$	R\$
11	Kit de limpeza	(...)	114	R\$	R\$	R\$
VALOR TOTAL:					R\$	R\$

*FICHA TÉCNICA DOS PRODUTOS ANEXA

*O prazo de realização do objeto será conforme o Termo de Referência, contados a partir da assinatura do instrumento contratual.

* Validade da Proposta: mínimo de 60 (sessenta) dias.

DECLARAÇÕES:

Declaro, sob as penas da lei, que a empresa não foi declarada INIDÔNEA para licitar ou contratar com a Administração Pública, bem como que, até a presente data, inexistem fatos supervenientes impeditivos para a habilitação da empresa no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Declaro, para fins dispostos no Edital, que a empresa tem pleno conhecimento de todas as exigências relacionadas à execução dos serviços objeto da referida licitação, que conhece as condições locais para execução do objeto, e que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assumindo total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante.

Declaro que a empresa cumpre as normas relativas à saúde e segurança do trabalho de seus empregados, em atendimento à legislação pertinente, e que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e que não emprega menor de dezesseis anos, ressalvado o emprego de menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

Declaro, para os fins que se fizerem necessários, que a empresa não possui vínculo direto ou indireto com a Administração Pública, em conformidade com o inciso XVI do art. 37 da Constituição Federal.

Local e data:

Nome

CPF e assinatura do proponente

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

**TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO
DE SERVIÇOS Nº XXX/202X QUE
CELEBRAM ENTRE SI O CRECI/SC E A
EMPRESA XXXX.**

O CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS DE SANTA CATARINA – CRECI – 11ª REGIÃO/SC, com sede na Rua Fúlvio Aducci, nº 1.214, Ed. A&A Phillippi Business Center, 10º Andar, Estreito. CEP 88075-001, na cidade de Florianópolis/SC, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 82.894.098/0001-32, neste ato representado pelo Senhor Presidente Marcelo Faria Brognoli, brasileiro, empresário, divorciado, portador da Carteira de Identidade n.º 359.759 SSP/SC e do CPF/MF n.º 200.340.759-68, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a empresa **XXXXX XXXXX XXXXX**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº **xx.xxx.xxx/xxxx-xx**, estabelecida na Rua **xxxx xxxx xxxx**, neste ato representada pelo(a) Sr(a). **xxxxxxxxxxx**, brasileiro(a), empresário(a), inscrito(a) no CPF sob nº **xxx.xxx.xxx-xx**, doravante designada **CONTRATADA**, tendo em vista o que conta no Processo Administrativo n.º 023/2026 e em observâncias às disposições da Lei 14.133/2021 e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n.º 001/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados, divididos em dois grupos, conforme condições, quantidades, valores e exigências estabelecidas neste instrumento, no Termo de Referência e nos termos da tabela abaixo:

1.2. Objeto da contratação:

GRUPO 1: OUTSOURCING DE IMPRESSÃO							
Item	Descrição/especificação do objeto	Catser	Qtd.	Valor unitário	Valor Mensal	Valor 12 meses	Valor 36 meses
1	Locação: Multifuncional Mono A4 (Laser)	26751	26	R\$ XXX,XX	R\$ XXXX,XX	R\$ XXXXX,XX	R\$ XXXXX,XX
2	Locação: Multifuncional Color A4 (Laser)	26786	5	R\$ XXX,XX	R\$ XXXX,XX	R\$ XXXXX,XX	R\$ XXXXX,XX
3	Locação: Multifuncional Color A4 – Compacta unidade móvel (laser, led ou tinta pigmentada)	26778	5	R\$ XXX,XX	R\$ XXXX,XX	R\$ XXXXX,XX	R\$ XXXXX,XX

4	Locação: Multifuncional Color A3/A4 (Laser)	26808	1	R\$ XXX,XX	R\$ XXXX,XX	R\$ XXXXX,XX	R\$ XXXXX,XX
5	Custo por Página: Monocromática A4 (Estimativa)	26824	29988	R\$ XXX,XX	R\$ XXXX,XX	R\$ XXXXX,XX	R\$ XXXXX,XX
6	Custo por Página: Color A4 (Estimativa)	26867	4337	R\$ XXX,XX	R\$ XXXX,XX	R\$ XXXXX,XX	R\$ XXXXX,XX
7	Custo por Página: Color A3 (Estimativa)	26883	600	R\$ XXX,XX	R\$ XXXX,XX	R\$ XXXXX,XX	R\$ XXXXX,XX
8	Custo por Página: Monocromática A3 (Estimativa)	26840	250	R\$ XXX,XX	R\$ XXXX,XX	R\$ XXXXX,XX	R\$ XXXXX,XX
VALOR TOTAL:					R\$ XXXX,XX	R\$ XXXXX,XX	R\$ XXXXX,XX

E/ OU

GRUPO 2: LOCAÇÃO DE INSUMOS – IMPRESSÃO PVC							
Item	Descrição/especificação do objeto	Catser	Qtd.	Valor unitário	Valor Mensal	Valor 12 meses	Valor 36 meses
9	Locação: Impressora PVC por Retransferência c/ Laminador	392350	2	R\$ XXX,XX	R\$ XXXX,XX	R\$ XXXXX,XX	R\$ XXXXX,XX
10	Kit Insumos (p/ 1000 impressões dupla-face ou mais) incluindo cartão PVC	436477	114	R\$ XXX,XX	R\$ XXXX,XX	R\$ XXXXX,XX	R\$ XXXXX,XX
				VARIÁVEL			
11	Kit de limpeza	448424	114	R\$ XXX,XX	R\$ XXXX,XX	R\$ XXXXX,XX	R\$ XXXXX,XX
				VARIÁVEL			
VALOR TOTAL:				R\$ XXX,XX	R\$ XXXX,XX	R\$ XXXXX,XX	R\$ XXXXX,XX
VALOR TOTAL (G1 + G2):				R\$ XXXXXXXX,XX			

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta da Contratada; e,
- 1.3.4. Eventuais anexos aos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 36 (trinta e seis) meses, contados do dia

XX/XX/XXXX (dd/mm/aaaa), prorrogáveis por até 10 (dez) anos, na forma dos arts. 106 e 107 da Lei n.º 14.133/2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando ainda para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- c) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- d) Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;
- e) Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

2.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

4.1. É vedada a subcontratação total do objeto contratual, bem como das atividades de gestão, coordenação e controle do contrato.

4.2. Admite-se, excepcionalmente, a subcontratação parcial do objeto, restrita exclusivamente aos serviços de assistência técnica preventiva, corretiva e manutenção on-site (local), nas unidades distribuídas pelo Estado.

4.3. Para fins de execução, a Contratada deverá observar as seguintes condições:

4.3.1. Responsabilidade Integral: A subcontratação não exime a Contratada de suas obrigações contratuais, permanecendo responsável integral e exclusivamente perante a Contratante pela execução do objeto, pela qualidade

dos serviços prestados, pelo cumprimento dos prazos de atendimento (SLA) e por eventuais danos causados por seus subcontratados.

4.3.2. Comunicação de Parceiros: A Contratada deverá manter canal de comunicação atualizado com a Fiscalização do Contrato, informando, sempre que solicitado, as empresas subcontratadas responsáveis pelo suporte local, para fins de controle de acesso e segurança das unidades.

4.3.3. Vedação à Intermediação: É vedada a subcontratação que configure mera intermediação de mão de obra ou que comprometa a capacidade técnica demonstrada pela Contratada no processo de contratação.

5. CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO

5.1. O valor mensal da contratação é de R\$ **XXXX,XX (.....)**, perfazendo o valor total de R\$ **XXXXXX,XX (.....)**.

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em **__/__/__ (dd/mm/aaaa)**.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

7.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será obrigatoriamente o definitivo.

7.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

São obrigações do Contratante:

8.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.9.1. A Administração terá o prazo de 1 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 1 (um) mês.

8.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.12. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus

anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

9.3. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.5. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.8. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

9.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

9.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como

aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

9.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.18. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.19. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

9.20. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

9.21. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.22. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.23. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.

9.24. Realizar os serviços de manutenção e assistência técnica no(s) seguinte(s) local(is):

9.24.1. **Delegacia Regional de Joinville:** R. Blumenau nº 3000, Ed. Blume 3.000 – Sala 05 – Santo Antônio, Joinville/SC. CEP: 89.218-055.

9.24.2. **Delegacia Regional de Blumenau:** Al. Duque de Caxias, 20 – Sala 01 - Edf. Internacional, Centro - Blumenau/SC. CEP: 89.015-010.

9.24.3. **Delegacia Regional de Balneário Camboriú:** R. 700, nº 279, Residencial Dom Virgílio - Balneário Camboriú/SC. CEP: 88.330-618.

9.24.4. **Delegacia Regional de Lages:** R. Frei Gabriel n.º 538, Sala 01, Centro

Executivo José Momm, Centro, Lages/SC. CEP: 88.502-030.

9.24.5. **Delegacia Regional de Chapecó:** R. Nereu Ramos, 1124-E, Sala 01 – Ed. Las Leñas, Presidente Médici, Chapecó-SC. CEP: 89.801-106.

9.24.6. **Delegacia Regional de Criciúma:** R. Ernesto Bianchini Góes, 91 - 1º Andar – Sl.113, Centro Empresarial Criciúma - Próspera, Criciúma/SC. CEP: 88.815-030.

9.24.7. **Sede – CRECI/SC Florianópolis:** R. Fúlvio Aducci, 1214, 10º andar, A&A Philippi Business Center, Estreito - Florianópolis/SC, CEP: 88.075-001.

9.24.8. O técnico deverá se deslocar ao local da repartição do qual tenha sido informado o problema, sem qualquer ônus ao CRECI/SC.

9.25. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços;

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.9.1. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

11.1. A contratação conta com garantia de execução, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, em valor correspondente a 2% (dois por cento) do valor total do contrato.

11.2. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato e por mais 90 (noventa) dias após término deste prazo de vigência, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

11.3. A apólice do seguro-garantia deverá acompanhar eventuais modificações referentes à vigência do contrato principal, mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

11.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no item 11.9 deste contrato.

11.5. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

11.6. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

11.6.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

11.6.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada;

11.6.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.

11.7. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item 11.10, observada a legislação que rege a matéria.

11.8. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

11.9. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos

sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

11.10. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

11.11. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

11.12. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data em que for notificada.

11.13. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

11.13.1. O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

11.13.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

11.14. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;

11.15. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

11.16. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

11.17. O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Contrato.

11.18. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista especificamente no Termo de Referência.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse

coletivo;

- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

12.2.1. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

12.2.2. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

12.2.3. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.2.4. **Multa:**

12.2.4.1. **Moratória** de 0,10% (um décimo por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias.

12.2.4.2. **Moratória** de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

12.2.4.2.1. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133/2021.

12.2.4.3. **Compensatória** de até 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou da parcela inadimplida, conforme for o caso.

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

12.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

12.6.1. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.8. Na aplicação das sanções serão considerados a natureza e a gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, os danos que dela provierem para o Contratante e a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

12.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

12.11. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

12.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.13. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

13.4. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

13.5. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.5.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.5.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.5.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.6. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido de balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos, relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos, indenizações e multas.

13.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.8. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes da execução do presente Contrato estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento, para o exercício de 2026 na classificação abaixo:

- 6.3.1.3.04.01.026 – Locação De Bens Móveis, Máquinas e Equipamentos;
- 6.3.1.3.04.01.054 – Serviços De Fotocópias, Autenticações e Microfilmagens de Documentos e;
- 6.3.1.3.01.01.004 – Referente Material para carteiras de identificação profissional.

14.2. No exercício seguinte, as despesas correspondentes ocorrerão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pela Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá à Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133/2021, bem como no respectivo sítio oficial, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133/2021.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Florianópolis/SC para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92 §1º da Lei 14.133/2021.

Florianópolis/SC, [...] de [...] de 202X

C.I. MARCELO FARIA BROGNOLI
Presidente do CRECI/SC

Sr(a). XXXXX XXXX XXXXXXXXX
Representante Legal da Contratada

Visto PROJU/CRECI/SC

5 - Outsourcing de Impressão - Locação Páginas Impressas A4 Monocromática com Papel

Descrição Detalhada: Custo por Página: Monocromática A4 (Estimativa).

Tratamento Diferenciado: Não

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total: 29988

Critério de Julgamento: Menor Preço

Critério de Valor:

Valor Estimado

Valor Total (R\$): 28.788,48

Unidade de Fornecimento: PÁGINA

Intervalo Mínimo entre Lances (R\$): 0,01

Local de Entrega (Quantidade): Florianópolis/SC (29988)

Grupo: G1

6 - Outsourcing de Impressão - Locação Páginas Impressas A4 Policromática com Papel

Descrição Detalhada: Custo por Página: Color A4 (Estimativa).

Tratamento Diferenciado: Não

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total: 4337

Critério de Julgamento: Menor Preço

Critério de Valor:

Valor Estimado

Valor Total (R\$): 30.705,96

Unidade de Fornecimento: PÁGINA

Intervalo Mínimo entre Lances (R\$): 0,01

Local de Entrega (Quantidade): Florianópolis/SC (4337)

Grupo: G1

7 - Outsourcing de Impressão - Locação Páginas Impressas A3 Policromática com Papel

Descrição Detalhada: Custo por Página: Color A3 (Estimativa).

Tratamento Diferenciado: Não

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total: 600

Critério de Julgamento: Menor Preço

Critério de Valor:

Valor Estimado

Valor Total (R\$): 8.496,00

Unidade de Fornecimento: PÁGINA

Intervalo Mínimo entre Lances (R\$): 0,01

Local de Entrega (Quantidade): Florianópolis/SC (600)

Grupo: G1

8 - Outsourcing de Impressão - Locação Páginas Impressas A3 Monocromática A3 com Papel

Descrição Detalhada: Custo por Página: Monocromática A3 (Estimativa).

Tratamento Diferenciado: Não

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total: 250

Critério de Julgamento: Menor Preço

Critério de Valor:

Valor Estimado

Valor Total (R\$): 510,00

Unidade de Fornecimento: PÁGINA

Intervalo Mínimo entre Lances (R\$): 0,01

Local de Entrega (Quantidade): Florianópolis/SC (250)

Grupo: G1

9 - Impressora - Cartão / Crachá

Descrição Detalhada: Impressora - Cartão / Crachá Capacidade: Mínima De 125 Cartões/Hora Colorido Frente E Verso, Capacidade Memória: 16MB, Resolução Mínima: 300DPI, Material Cartão: Pvc E Pvc Composto, Tamanho: Iso Cr-80 E Iso - 7810, Interface: Windows Xp/2000/2003/Xp/7, Mac E Linux, Voltagem: 110/220V, Frequência: 50/60HZ, Características Adicionais: Software P/Criação De Banco De Dados E Modelos Pad

Tratamento Diferenciado: Não

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total: 2

Critério de Julgamento: Menor Preço

Critério de Valor:

Valor Estimado

Valor Total (R\$): 49.720,08

Unidade de Fornecimento: Unidade

Intervalo Mínimo entre Lances (R\$): 0,01

Local de Entrega (Quantidade): Florianópolis/SC (2)

Grupo: G2

10 - Conjunto Impressão

Descrição Detalhada: Conjunto Impressão Componentes: Insumos Para Impressão 500 Fotografias, Aplicação: Photoprinter Hiti P720-L, Material: 2 Rolos Papel Fotografico E 2 Rolo Ribbon

Tratamento Diferenciado: Não

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total: 114

Critério de Julgamento: Menor Preço

Critério de Valor:

Valor Estimado

Valor Total (R\$): 353.260,54

Unidade de Fornecimento: Unidade

Intervalo Mínimo entre Lances (R\$): 0,01

Local de Entrega (Quantidade): Florianópolis/SC (114)

Grupo: G2

11 - Conjunto Limpeza Impressora / Copiadora

Descrição Detalhada: Conjunto Limpeza Impressora / Copiadora Referência Impressora: Fargo, Tipo: Roletes/Cotonetes E Cartões De Limpeza, Características Adicionais: Compatível Com Impressora De Cartao Pvc Dupla Face

Tratamento Diferenciado: Não

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total: 114

Critério de Julgamento: Menor Preço

Critério de Valor:

Valor Estimado

Valor Total (R\$): 29.171,46

Unidade de Fornecimento: Conjunto

Intervalo Mínimo entre Lances (R\$): 0,01

Local de Entrega (Quantidade): Florianópolis/SC (114)

Grupo: G2

2 - Composição dos Grupos

Grupo 1			
Nº do Item	Descrição	Quantidade Total	Unidade de Fornecimento
1	Outsourcing de Impressão - Locação de Equipamento - Monocromático - A4 - Acima de 45 PPM	26	UNIDADE
2	Outsourcing de Impressão - Locação de Equipamento - Policromático A4 Acima de 40 PPM	5	UNIDADE
3	Outsourcing de Impressão - Locação de Equipamento - Policromático Policromático A4 - de 26 a 40 PPM	5	UNIDADE
4	Outsourcing de Impressão - Locação De Equipamento - Policromático A3	1	UNIDADE
5	Outsourcing de Impressão - Locação Páginas Impressas A4 Monocromática com Papel	29988	PÁGINA
6	Outsourcing de Impressão - Locação Páginas Impressas A4 Policromática com Papel	4337	PÁGINA
7	Outsourcing de Impressão - Locação Páginas Impressas A3 Policromática com Papel	600	PÁGINA
8	Outsourcing de Impressão - Locação Páginas Impressas A3 Monocromática A3 com Papel	250	PÁGINA

Grupo 2			
Nº do Item	Descrição	Quantidade Total	Unidade de Fornecimento
9	Impressora - Cartão / Crachá	2	Unidade

10	Conjunto Impressão	114	Unidade
11	Conjunto Limpeza Impressora / Copiadora	114	Conjunto